

Goldemberg defende melhor eficiência energética



JOSÉ GOLDEMBERG

Professor emérito da USP, reúne as qualidades de cientista, acadêmico e homem público

O ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP), José Goldemberg, professor emérito do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da mesma universidade, lançou em meados de maio passado, o estudo “Energia e Desenvolvimento no Brasil”. Neste novo trabalho, aos 92 anos, o professor apresenta uma estimativa da energia necessária para dar à população brasileira, até 2040, um nível de vida comparável ao dos países da União Europeia no que se refere aos serviços básicos oferecidos (alimentação, habitação, saúde, água, esgoto, educação).

O investimento energético individual no Brasil não chega atualmente a 50% da Europa. No novo trabalho, Goldemberg revisita o artigo que publicou há 22 anos, onde demonstrava o impacto da energia no desenvolvimento social e como o Brasil poderia obter a energia necessária para atingir o nível de países desenvolvidos.

Inclusive a previsão faz parte do relatório preparado recentemente por Goldemberg sobre pesquisa realizada pelo Instituto E+ que apontou a importância de se fazer mais investimentos para dotar o Brasil de uma melhor eficiência energética. O Instituto E+ é uma entidade nacional que discute temas relacionados à energia. De acordo com a pesquisa, a transição para um novo modelo energético é um fator importante para que o Brasil possa avançar com base num desenvolvimento sustentável.

Goldemberg foi também membro da Academia Brasileira de Ciências; presidente da Sociedade Brasileira de Física; no governo federal foi secretário de Ciência e Tecnologia, ministro da Educação e secretário do Meio Ambiente da Presidência da República durante a ECO 92. No Estado de São Paulo, foi secretário do Meio Ambiente e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Ele defende com ardor que o desenvolvimento do Brasil só será possível se o país orientar suas políticas públicas na direção da eficácia. “Enquanto os outros países têm ficado cada vez mais eficientes em converter energia em riqueza, reduzindo sua intensidade energética, o Brasil se mantém numa rota contrária” diz, ponderando que o uso ineficiente da energia se reflete na baixa competitividade internacional da indústria brasileira.

Goldemberg lembra que a solução do problema energético no Brasil passou, durante muito tempo, pelo aumento da oferta, com a construção de novas usinas. Mas, para chegar ao nível de países desenvolvidos, em especial da União Europeia “é preciso uma nova abordagem que implica em aproveitar mais a energia gerada, com um uso mais apropriado.”

Segundo ele, o país pode melhorar a capacidade energética usando equipamentos mais eficientes. “Saímos da crise de 2001/2002 – quando houve um apagão – porque lâmpadas e geladeiras foram substituídas”, diz, defendendo que há uma enorme

gama de atividades em eficiência energética que “é preciso introduzir com seriedade”.

A chamada “crise do apagão”, que ocorreu no país naqueles dois anos, foi o resultado da combinação da falta de investimentos na geração e na transmissão de energia elétrica com uma estiagem prolongada, que reduziu drasticamente os níveis dos principais reservatórios de água no país nas regiões Sudeste e Nordeste.

No Brasil, o tema já foi objeto de várias iniciativas, como o Plano de Eficiência Energética, criado pela agência reguladora do setor (a Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel), o Programa Brasileiro de Etiquetagem do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que identifica o nível de consumo de eletrodomésticos, e o Programa de Conservação de Eletricidade da Eletrobrás.

O professor emérito da USP ponderou que os esforços relacionados ao ganho de eficiência ficaram muito restritos nos últimos anos às pessoas em suas casas, mas precisam ser implementados também nos variados setores econômicos. Atualmente, o consumo energético por segmento é distribuído da seguinte forma: transportes (34,8%), industrial (33,8%), energético (11,2%), residencial (10,6%), comercial e público (5,2%) e agropecuário (4,4%).

Ele argumenta que empresas da área industrial podem melhorar processos produtivos. Ainda que a Lei de Eficiência Energética tenha sido utilizada apenas em equipamentos domésticos, nada impede que ela seja atualizada e aplicada para as indústrias. “Podemos resolver o problema com uma grande gama de iniciativas nos diversos setores industriais.”

José Goldemberg é também Doutor em Ciências Físicas pela USP, da qual foi reitor de 1986 a 1990. De uma forma mais detalhada, ele foi presidente da Companhia Energética de São Paulo (CESP); presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; secretário do Meio Ambiente da Presidência da República; ministro da Educação do Governo Federal; e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Cientista profícuo, foi diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo; professor/pesquisador: da Universidade de Paris (França) e de Princeton (Estados Unidos); High Energy Physics Laboratory da Universidade de Stanford, Estados Unidos e da Universidade de Toronto, Canadá. Além disso, é membro da Academia Brasileira de Ciências e Academia de Ciências do Terceiro Mundo; co-presidente do Global Energy Assessment, sediado em Viena; e autor de inúmeros trabalhos técnicos e vários livros sobre física nuclear, meio ambiente e energia em geral. Foi selecionado pela Time Magazine como um dos 13 “Heroes of the Environment in the Category of Leaders and Visionaries 2007”. Mais recentemente, entre 2015 e 2018, foi presidente da Fapesp. 